

ECONOMIA DO DESEJO E DESEJO DE ECONOMIA: RETROALIMENTAÇÃO E TROCA EM COLETIVOS DA REDE FORA DO EIXO NO INTERIOR DE SÃO PAULO

Fernando Lopes Mazzer
fernandolopes52@gmail.com
FAPESP
PPGAS-UFSCar
Mestrando

A pesquisa tem como objetivos descrever etnograficamente as relações econômicas entre coletivos culturais da Rede Fora do Eixo localizados em municípios do interior de São Paulo. Além dos coletivos em si, há uma presença grande de demais agentes colaboradores que oferecem serviços e recursos técnicos para a realização de eventos promovidos pelos coletivos, estes que contabilizarão esses serviços em uma moeda social chamada *card* e oferecerão em troca recursos e serviços para quitar esse valor. Foi feito um trabalho de campo onde acompanhei um festival realizado por um desses coletivos e pude observar essas prestações. Pretendo definir essas práticas não como dádiva ou como mercadoria, mas como parte de um contexto pelo qual transitem entre ambas as categorias.

Palavras-chave: Antropologia Econômica, economia, troca, dádiva, moeda.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar as propostas e dados de uma pesquisa de mestrado que ainda se encontra em andamento, cujo objetivo é proporcionar uma descrição etnográfica das relações de troca entre alguns coletivos culturais pertencentes à Rede Fora do Eixo no interior de São Paulo. Como ainda não tive um período longo de imersão no trabalho de campo, pretendo expor aqui alguns dados de experiências etnográficas que tive oportunidade de vivenciar e buscar relacioná-los às questões iniciais estipuladas no projeto de pesquisa. Pretendo por meio deste apresentar reflexões e temas que possam ser mais bem explorados e observados durante os próximos trabalhos de campo.

A rede Fora do Eixo nasceu a partir da experiência de quatro produtores culturais das cidades de Cuiabá (MT), Belo Horizonte (MG), Londrina (PR) e Rio Branco (AC) que lidavam com políticas públicas referentes à cultura, em especial a produção e divulgação de bandas e criação de festivais de música independente nas respectivas regiões. A proposta era estimular e desenvolver um cenário musical que estivesse fora do “tradicional” eixo Rio-São Paulo de produção que, segundo ele, colocava restrições para a divulgação de seu trabalho, na verba disponível para gravação de discos e no desenvolvimento da produção musical

independente. Em 2002, considerando necessário desenvolver meios para atingir esses objetivos, os quatro produtores se juntaram a formaram o Espaço Cubo, que mais tarde seria chamado de Fora do Eixo, alastrando-se por todos os estados brasileiros ao longo de diversos “pontos Fora do Eixo”, que são coletivos culturais que visam atuar no cenário de suas respectivas cidades e regiões.

Meu recorte etnográfico é o interior do estado de São Paulo, onde os coletivos mais atuantes e que exercem mais influência sobre outros coletivos são o Coletivo Fuligem (Ribeirão Preto) e Casa Sanca (São Carlos). Partindo desses dois coletivos como ponto de referência, há também na região o Coletivo Usiarte (Sertãozinho), Grupo CECAC (Serrana), Coletivo Garrafa Verde (Pradópolis), Coletivo Columbina (Taquaritinga) e Casa Colméia (Araraquara), os quais, frequentemente, ao se relacionarem, produzem eventos ou pensam estratégias de otimização do funcionamento dos coletivos entre si. Os coletivos Fuligem e Casa Sanca são mais influentes por serem mais antigos, terem mais contato com outros coletivos importantes e terem melhores equipamentos e saberes técnicos que possam prestar serviços para auxiliar os coletivos menores. É importante mencionar que meu enfoque será nos coletivos Fuligem, Casa Sanca e Usiarte, já que a interação entre eles é grande¹¹⁴. Mas, eventualmente, integrantes de outros coletivos aparecerão para prestar serviços.

A maneira dos coletivos ligados à rede Fora do Eixo se estabelecerem economicamente é dada de forma colaborativa. Geralmente são casas alugadas onde os integrantes residem e se organizam de forma que todos contribuem para o andamento da casa. Todos os moradores dividem as tarefas e colaboram com o funcionamento do espaço. Para pensar o modo de organização econômica de um coletivo é fundamental mencionar o *caixa coletivo*, que é um caixa físico ou uma conta bancária ao qual todos têm acesso e colocam ou retiram dinheiro sempre que precisarem. A quantidade de dinheiro que os integrantes podem inserir ou retirar é estipulada por cada coletivo, sendo que eles sempre registram as entradas e saídas constantemente em um livro-caixa.

¹¹⁴ É importante mencionar a metodologia de meu trabalho de campo. Como meu enfoque é mais de um coletivo, eu irei, portanto, transitar entre eles. Porém, como meu objetivo é analisar as relações entre eles, a partir de um ponto eu consigo observá-las.

Antes de mostrar meus objetivos, é preciso observar as relações fundamentadas entre esses coletivos. Um ponto Fora do Eixo não existe sozinho. Ele precisa não somente se relacionar com demais coletivos como também precisa de relações de parceria com os *colaboradores*¹¹⁵, que são agentes que não fazem parte dos coletivos em si, porém contribuem com os eventos produzidos por eles. Geralmente as colaborações de coletivos e agentes de fora são com prestação de serviços, disponibilização de equipamentos e produtos que irão auxiliar na produção dos eventos. Como forma de pagamento, o coletivo irá utilizar uma moeda social¹¹⁶ denominada *card*, cuja contabilização será feita com base em uma estimativa das horas de serviço prestadas pela pessoa que colaborou. Dessa forma, o coletivo irá prestar ao colaborador a mesma hora de trabalho que ele investiu no evento como forma de pagamento. Se o colaborador investiu 2 horas de trabalho, o coletivo irá prestar 2 horas serviços como forma de quitar a dívida. Nesse caso, o valor em *card* envolvido na prestação seria de 2 *cards*.

Dessa forma, os coletivos da rede Fora do Eixo se autodenominam “administradores de dívida”, já que o *card*, que é um dos principais recursos de lidar com as prestações de serviços que alimentam os diversos eventos que eles implementam, acaba sendo usado para organizar e controlar as relações com os colaboradores. Inclusive, os integrantes dos coletivos utilizam a *TEC*, que é uma planilha de Excel usada para organizar e calcular todas as horas de trabalho investidas por cada colaborador que ajudou na realização de determinado festival. Essa planilha é compartilhada entre todos os integrantes do coletivo e pode ser preenchida por qualquer um, sendo que cada um pode alterar e adaptar a planilha de acordo com sua necessidade ou realidade de produção.

É importante mencionar que os festivais implementados pelos coletivos do Fora do Eixo são construídos de forma colaborativa. Na maioria das vezes eles não têm financiamento direto por parte do poder público ou da iniciativa privada, mas dependem não só dos esforços do coletivo que o implementa, como também de coletivos vizinhos e de demais agentes *colaboradores*. Deste modo, além de contabilizar as horas de trabalho, o *card* também serve

¹¹⁵ Todos os termos escritos em itálico ao longo do texto são referentes a termos nativos.

¹¹⁶ Segundo França Filho e Silva Junior (2009), o termo “moeda social” diz respeito a moedas a serviço de comunidades que as criam e manuseiam no intuito de resolver problemas econômicos e estimular trocas internas.

como forma de negociar com o poder público um valor a ser investido por parte deste em futuros festivais. No caso, o valor de cada *card* equivale às horas de trabalho investida por todas as pessoas que colaboraram com o evento. Para fazer o cálculo total de *cards*, o coletivo utiliza o Excel para somar todas as horas de trabalho investidas no evento e multiplica por 50, como se cada hora de trabalho tivesse um valor de 50 *cards*. No final, os integrantes do coletivo utilizam esse valor final de *cards* como forma de mostrar ao poder público quanto o festival valeria se não fosse construído de forma colaborativa, ocasionando uma situação em que cada colaborador custaria 50 reais por hora de trabalho.

Com base nessa pequena introdução às práticas dos coletivos Fora do Eixo, o que observei durante minhas experiências de campo e irei aprofundar ao longo da imersão etnográfica são justamente práticas econômicas que permeiam as relações tanto entre os coletivos como também com os *colaboradores*. Pretendo analisar a dimensão que meus interlocutores tomam como sendo econômica e aprofundar na maneira com que eles lidam com o sentido da troca em si, por meio das práticas envolvendo as relações de troca colaborativa. Com base nessas descrições, espero que o trabalho de campo me mostre a maneira com que eles lidam com o sentido da economia em si, fato que é mostrado pelo uso que eles fazem dessa *economia colaborativa* não em oposição à economia capitalista, mas sim posicionando uma em relação à outra. Além disso, é importante ressaltar que a utilização do *card* não será olhada unicamente como uma prática econômica, e sim como parte de um conjunto de ações que é tida por econômica, mas também claramente política¹¹⁷. Isso deixa claro que o valor em *card* sai do alcance dos coletivos e *colaboradores* envolvidos na produção dos eventos e é usado como forma de negociação com o poder público.

ESCLARECIMENTOS ETNOGRÁFICOS

Até o presente momento, acompanhei o V Congresso Fora do Eixo que ocorreu em Brasília no ano de 2013 - evento que acontece anualmente cujo objetivo é reunir todos os

¹¹⁷ Bateson (1972) atenta para a necessidade de não examinar traços de uma cultura como sendo simplesmente uma subdivisão em aspectos políticos, econômicos ou religiosos, mas sim como parte de todas as qualidades de acordo com o ponto de vista da análise. No caso, as categorias que os integrantes dos coletivos enunciam como sendo econômicas podem ter uma dimensão política quando em relação com outros coletivos e com agentes de fora, principalmente quando se relacionam com o poder público.

coletivos do país com a proposta de refletir sobre a rede em si, bem como de organizar metas e estipular práticas para o próximo ano. Além disso, participei de uma *vivência*¹¹⁸ durante a realização do festival SEDA (Semana de Audiovisual) promovida pelo Coletivo Usiarte e participei de algumas reuniões envolvendo os coletivos Usiarte, Fuligem e Casa Sanca. Com base nos dados colhidos nessas experiências, buscarei sugerir uma reflexão que transite pelas feições econômicas estipuladas pelos meus interlocutores e que faça avaliações sobre os aspectos dessas práticas. No final do texto irei sugerir um diálogo desses dados com a teoria antropológica que, quando for o momento do trabalho de campo mais intenso, poderá ser continuado ou reconfigurado.

De início, podemos colocar as dimensões econômicas dos coletivos Fora do Eixo de duas maneiras: uma local e outra de caráter mais abrangente, visto que pensa a organização dos grupos como uma rede onde os coletivos se conectam. Nesta última, os integrantes mapeiam todos os coletivos da região e elaboram estratégias de construir um fundo econômico comum a todos eles, por meio do qual todos os coletivos do estado estejam conectados. Esse fundo ainda se encontra em construção, mas o objetivo é buscar garantir um chão de sustentabilidade caso haja alguma eventual crise financeira. Neste momento minha preocupação é com as práticas econômicas em âmbito local, procurando observar as relações entre os coletivos propostos. Porém, acho importante observar como esses respectivos coletivos enxergam e lidam com o modo Fora do Eixo de se organizar em rede. Além dos congressos anuais, que é o ápice desse modo de se pensar em rede, menciono também o Conta Comum, que é um projeto regional de unificar os caixas dos coletivos. Estive presente em uma reunião em São Carlos (SP) com integrantes de coletivos da região cuja ideia era iniciar estratégias de mapear as necessidades e interesses dos coletivos do estado de São Paulo para futuramente implementar o Conta Comum. Todavia, minha meta no momento é me preocupar com a organização e relações entre coletivos propostos no âmbito restrito ao interior de São Paulo no eixo Ribeirão-São Carlos.

¹¹⁸ *Vivência* é uma prática muito comum implementada pelos coletivos que ocorre geralmente nas vésperas de algum festival promovido pelo grupo. Trata-se de uma experiência em que uma pessoa é selecionada para acompanhar a produção do festival e aprender determinadas técnicas que irão compor o festival. Neste caso, fui selecionado para ser *vivente* de *Banco*, onde acompanhei as transações financeiras no festival e a movimentação de *card* entre os envolvidos.

De início, eu iniciarei com uma explicação sobre o que é o caixa coletivo, como ele funciona e quais os tipos de relações que são articuladas pro meio dele. Como mencionado acima, toda movimentação financeira dentro de um coletivo é gerenciada por todos os integrantes. Todos eles têm acesso ao caixa e podem inserir ou retirar dinheiro dele, sendo que precisam registrar a entrada e saída de dinheiro no livro-caixa ou planilha de gastos presente em todos os coletivos. Essa prática não é somente uma maneira de gerenciar o caixa, mas sim uma experiência de aprendizado por parte dos moradores da casa. Quando o assunto é a prática do caixa coletivo, é muito comum ouvir que existe um comprometimento a mais quando a lógica de manusear a economia da casa é compartilhada entre todos. Como o caixa é aberto e compartilhado, existe uma lógica de ganho em que todos ganham. Quando uma pessoa *coloca o seu na roda*, automaticamente ela está tendo um retorno que não teria se sua renda fosse gerada de forma individual, já que *se um está botando e o outro também está, os dois estão garantidos*. Há uma ideia de ganho compartilhado quando a experiência do caixa coletivo é implementada, *quando uma pessoa coloca 1, em uma lógica compartilhada esse 1 vira 10*. Esse é o discurso que, de certa forma, legitima a prática do caixa coletivo.

Claro que essa lógica compartilhada é uma ideia que dinamiza as ações dentro e fora do coletivo. Quando há reunião ou festivais e integrantes de outros coletivos de cidades de fora vêm para prestar serviços, os gastos da viagem são compartilhados. Em uma reunião que acompanhei na Casa Sanca, em São Carlos, cujo objetivo era pensar formas de implementar um fundo econômico comum para os coletivos da região, os presentes estavam combinando de nos próximos encontros chamarem integrantes de coletivos do litoral e do ABC paulista, porém os custos de transporte seriam rateados para todos pagarem a mesma quantia, independente da localidade e da distância. *Não faz sentido um pagar 50 e o outro 200*. Além disso, equipamentos como computadores, câmeras, microfones e itens de consumo como alimentos e até mesmo vestuário são compartilhados entre os integrantes. *Quando cheguei aqui no Fuligem eu vim com 3 malas enormes e era super apegada com as minhas coisas, agora hoje eu nem sei mais quais são minhas roupas*. Portanto, o funcionamento dentro de uma casa coletiva é dado de forma literalmente coletiva, sendo que todos têm acesso e

liberdade de gerir a economia do espaço e deixam de forma transparente tudo o que entra e o que sai da casa.

Como disse acima, a lógica de compartilhar e propor alternativas econômicas são práticas que articulam as ações dentro e fora do coletivo. Além da relação com coletivos de fora, a presença dos *colaboradores* que prestam serviço para a realização de eventos fomenta ainda mais essa lógica de *economia colaborativa*. Nesse caso, há a necessidade de elevar a transparência, já que são pessoas que possuem algum interesse particular em disponibilizar seu trabalho e contribuir com os eventos. Nesse sentido, o *card* é importante pois contabiliza as prestações de serviço. Como foi mencionado anteriormente, a moeda social *card* quantifica as horas de serviço prestadas pelos *colaboradores* e deixa transparente o tanto de trabalho que devem ser pagas pelos integrantes do coletivo como forma de quitar a dívida. É importante mencionar que a troca de horas de serviço contadas em *card* não ocorre de maneira rígida entre coletivos. Segundo André, integrante do Coletivo Usiarte e um de meus principais interlocutores, a preocupação com a contabilização de *cards* é dada de forma mais assídua na relação com os *colaboradores*. Segundo ele, é necessária essa preocupação com quem é de fora justamente para deixar as relações transparentes.

Dentro da Rede, a colaboratividade não é mais calculada. Ela visa mais o potencial da ação mesmo. Lá no Fuligem, por exemplo, não é porque alguém de lá nos empresta algum equipamento ou faz algum trampo que a gente tem que esquentar a cabeça em calcular card, calcular tempo de serviço etc. A gente já transbordou isso. O que acontece é da gente saber que ele fez um serviço e a gente vai colaborar com eles algum dia. Tanto nós como eles sabem que isso vai acontecer porque a gente tá sempre colaborando com eles e eles com a gente. Agora, se é relação com colaborador, a gente se preocupa com card porque aí já tem que ter transparência, né? O colaborador precisa se sentir representado no rolê. O card acaba servindo pra minimizar uma possível angústia do colaborador de ele não se sentir representado e achar que a gente tá abusando do trampo dele.

Pude observar de perto essas prestações de serviço, bem como a contagem em *card* e a negociação com *colaboradores* quando participei como vivente da produção do festival SEDA. Trata-se de uma semana na qual são ministradas diversas oficinas não somente de audiovisual como de fotografia, design, elaboração de projetos, narrativas, construção de

fanzines, *pós-TV*¹¹⁹ e plataforma TNB¹²⁰. Para cada oficina, uma ou mais pessoas eram encarregadas de ministrar, e para cadaicineiro, o coletivo prestaria serviços como forma de pagamento. A maioria das oficinas demandou 6 horas de trabalho, e para os *colaboradores* de fora, foi sugerido que integrantes do coletivo fornecessem 6 horas de aulas de músicas ou prestasse serviços de mídia para futuros trabalhos de quem colaborou com o SEDA. Um dosicineiros faz parte do próprio Usiarte, um deles faz parte do coletivo Grupo CECAC e outros dois são do Fuligem. Os próprios membros do Fuligem fizeram a cobertura de mídia do festival com serviços de fotografia e vídeo. Para estes em específico, houve uma contagem dos *cards* na planilha, porém não uma preocupação de prestar serviços para quitar o valor. Como o Usiarte sempre auxilia nos eventos que esses outros coletivos promovem, não houve uma necessidade emergente de se preocupar em trocar serviços prestados especificamente nesse festival.

Além dosicineiros e de todos de fora do coletivo que investiram horas de trabalho na realização do festival, também teve apresentação de bandas e artistas como por exemplo dançarinos de *break*, *rappers*, pintores e fotógrafos, que aproveitaram o festival para expor seus trabalhos. Para esses artistas houve uma contabilização de *cards*, porém não a prestação de serviços por parte do coletivo. A ideia, quando alguma banda ou artista se apresenta nos festivais dos coletivos Fora do Eixo, é que o festival em si seja uma plataforma de divulgação do trabalho do artista, portanto o ganho do artista em investir seu trabalho no evento é justamente a oportunidade de apresentar sua arte para um público diferente, usar o evento como forma de divulgar o trabalho e adquirir reconhecimento, assim como uma maior visibilidade. Porém, mesmo que não haja troca direta de serviços como pagamento pelo trabalho dos artistas, há uma contabilização de *card*. Inclusive é levado em consideração o número de integrantes de cada banda para quantificar os *cards*. Por exemplo, se uma banda tem cinco integrantes e o show foi de uma hora, cada um dos cinco integrantes investiu uma hora de trabalho. Portanto, o total de *cards* que a banda disponibilizou é de 5 *cards*, já que

¹¹⁹ *Pós-TV* é uma prática de mídia na qual os coletivos divulgam seu material de vídeo de forma independente, geralmente por canal do Youtube, ou por TV por meio de contrato com emissoras ou transmissão de eventos ao vivo pela Internet.

¹²⁰ Sigla para Toque no Brasil. Trata-se uma plataforma online onde bandas do Brasil inteiro podem se inscrever para tocar em festivais oferecidos por coletivos.

cinco integrantes tiveram uma hora de trabalho cada. Sendo assim, na contagem final, com o trabalho de cada membro da banda valendo 50 *cards* (segundo a conta final, multiplica as horas de trabalho de cada um por cinquenta), o total de todos os cinco integrantes é de 250 *cards*¹²¹.

De maneira resumida, essa multiplicação por 50 não passa de uma estimativa de um suposto valor de 50 reais por hora de trabalho. Trata-se de uma estratégia de dialogar *na mesma língua* com o poder público e negociar com ele um futuro investimento para o festival. O festival SEDA, em particular, foi conduzido de maneira colaborativa, ou seja, não houve investimento maciço por parte do poder público¹²². Dessa forma, a estimativa de horas de trabalho investidas na produção do evento por parte dos integrantes dos coletivos, artistas envolvidos e demais *colaboradores* foi de 557. Diferentemente da maioria dos coletivos Fora do Eixo que multiplicam os *cards* por 50, o Coletivo Usiarte optou por multiplicar por 30. Portanto, pensando nas 557 horas de trabalho, o total de *cards* do festival SEDA foi de 16710. Segundo o que me disseram os integrantes, suas ideias foram as de mostrar para o poder público que eles podem potencializar, com base na *economia colaborativa*, os valores em real que entram para financiar os eventos. Então, no caso do SEDA, se a proposta fosse fazer a de um pagamento de 30 reais a hora de trabalho, o festival custaria 16710 reais.

O Card é uma sistematização do potencial humano. Ele mostra como seriam as coisas na lógica do capitalismo, pensando em uma lógica material, em custo, mas que a economia colaborativa pode fazer por menos e pode também, inclusive mostrar que o poder público rasga dinheiro. Que a gente pode fazer com 30 o que eles fazem com 500.

Podemos, por ora, sugerir hipóteses que auxiliem na abordagem no futuro campo bem como na análise dos dados já obtidos. Não pretendo definir essas práticas descritas aqui como meramente econômicas. Podemos ver claramente que o uso do *card* tem uma conotação

¹²¹ Vale mencionar que a ideia do *card* dentro dessa lógica de *economia colaborativa*, segundo o discurso difundido no Fora do Eixo, mostra uma igualdade no valor do trabalho. Segundo os integrantes da rede, o trabalho de um músico não vale mais que o de um fotógrafo, que não vale mais que o de um ator etc. A ideia é colocar um valor igual para todos os envolvidos.

¹²² Houve uma verba de 1340 reais disponibilizadas pela Casa da Juventude de Sertãozinho para as oficinas de Audiovisual e de Fanzines, mas mão-de-obra, infraestrutura de palco e som para o evento, serviços de bar e mídia foram feitos de forma totalmente colaborativa seja dos próprios integrantes do coletivo ou de *colaboradores*.

política, com o intuito de o coletivo negociar com o poder público e se colocar em uma posição que, com base nessa *economia colaborativa*, se contraponha a determinadas maneiras deste ao lidar com financiamento de eventos culturais.

CONCLUSÃO

Com base nos dados apresentados, pretendo posicionar-me, ao analisar tais práticas, de forma a não relacioná-las diretamente à economia da dádiva, muito menos a uma concepção mercadológica de economia. A dimensão qualitativa compõe o modo como os coletivos Fora do Eixo se organizam economicamente, pois sempre há uma expectativa, não somente por parte do colaborador que presta determinado tipo de serviço, mas também por parte de um coletivo específico que se relaciona com todo o resto ou com o conjunto de coletivos que compõe a rede. Um dos autores mais célebres que se remete a tal ponto é Mauss, para quem as trocas não são somente materiais. A circulação de prestações pode implicar diferentes formas qualitativas, bem como diferentes graus de alienabilidade do que é trocado. Aquilo que é dado contém algo do doador e coloca as pessoas numa relação de obrigação no sentido em que elas são obrigadas a retribuir a dádiva.

Este aspecto qualitativo é também explorado por Hugh Jones e Humphrey (1992) ao discorrerem as relações pessoais implicadas na permuta, da qual se lança mão quando há uma insuficiência de dinheiro ou rejeição a seu uso. Nas situações de permuta, os objetos trocados têm um valor de uso ou de consumo de maneira direta para os envolvidos diferentemente da troca monetária, em que o valor financeiro de um objeto é uma reivindicação de outros valores e depende de um reconhecimento pela comunidade econômica. Para os autores, a permuta implica conhecimento e informação dos agentes envolvidos e também exige relações pessoais e de confiança. Zelizer (2005) vê essas relações pessoais ocorrendo igualmente em transações monetárias. Segundo a autora, o dinheiro não reduz a sociabilidade entre as pessoas, pelo contrário, ele acaba fornecendo situações onde é possível observar diversas relações entre elas, estabelecendo compreensões mais profundas sobre os laços criados como, por exemplo, solidariedade, conflito etc.

Ao mencionar esses autores, proponho um debate para analisar as reflexões dos aspectos qualitativos por trás dessa *economia colaborativa* e, conseqüentemente, nos valores em *card*. Porém, não pretendo definir essas práticas econômicas unicamente como dádiva. Os coletivos dependem de dinheiro em real entrando no caixa, e para isso os coletivos vendem seus serviços para terceiros. Esses serviços são relativizados em comparação ao valor mercadológico, no sentido marxista. O pagamento de um integrante que vende serviços de fotografia para o SESC, o de outro que faz parte de algum grupo de teatro ou de outro que toca em alguma banda e se apresenta em algum bar em troca de cachê, quando entra no caixa coletivo, é igualado em relação aos moradores da casa coletiva. “O caixa coletivo iguala”. Portanto não podemos colocar o Fora do Eixo como uma organização oposta ao sistema capitalista. Eles se julgam como alternativos à economia vigente na sociedade, convivendo tanto com práticas mercadológicas como com práticas próximas de uma economia da dádiva. Espero com as próximas etapas de meu trabalho de campo conduzir uma reflexão mais eficaz sobre as relações dos coletivos entre si e deles com agentes *colaboradores* de fora com aspectos teóricos referentes à dádiva e à mercadoria. Ademais, pretendo aprofundar e descrever melhor as dimensões econômicas através das quais os integrantes dos coletivos lidam com a moeda, seja real ou *card*, bem como a expectativa dos *colaboradores* ao se relacionarem com os coletivos Fora do Eixo. Com isso, almejo apresentar dados que contribuam para o debate na área da Antropologia Econômica, trazendo o Fora do Eixo como um objeto que ilumina diversas formas de lidar, pensar e fazer economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATESON, Gregory. 2000 [1972]. *Steps to an Ecology of Mind*. Chicago: The University of Chicago Press.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; SILVA JR, Jeová Torres. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). In CATTANI, Antônio David et al. *Dicionário Internacional do Outra Economia*: Edições Almedina, 2009, p.31-37.
- HUGH JONES, Stephen & HUMPHEY, Caroline (eds). Introdução: *Barter, Exchange and Value: na anthropological approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades ameríndias. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, [1950] 2003. p. 185-314.

ZELIZER, Viviana. *The Social Meaning of Money*. New York: Basic Books. 1994.